

NIÓBIO – PALESTRA DE 30.10.2013

As chapas de ferro-nióbio são o principal dos produtos do nióbio nas exportações brasileiras, tendo totalizado US\$ 4,8 bilhões, de 1996 a 2013, i.é., somando-se todos esses dezoito anos.

Em 1996 o montante era de somente US\$ 152,7 milhões. Em 2012, a quantidade exportada foi quatro vezes maior que então, e o preço unitário, quase três vezes maior. Assim, o valor exportado multiplicou-se por doze, chegando a US\$ 1,8 bilhão.

Além de certamente haver muita exportação não declarada, portanto, descaminho, o mercado é muito fechado, estando concentrado em poucas empresas importadoras e pouquíssimas empresas exportadoras. São transações entre empresas dos mesmos grupos ou entre grupos associados.

O preço seria muito mais alto, se houvesse mercados abertos com algum tipo de concorrência, o que até pode existir dentro dos países importadores, por parte de indústrias que utilizam as chapas de ferro-nióbio e o óxido de nióbio nos bens que fabricam. Mas isso não afeta os preços do comércio exterior.

A Bolsa de Metais de Londres não informa sobre negociações com o nióbio. Muitas fontes dizem que o nióbio não é negociado nessa bolsa nem em outras.

Encontrei na internet notícia recente, 6 de setembro último, da Bolsa de Metais de Beijing (Pekim) nestes termos: "Os preços do nióbio metálico a 99,9% de pureza permanecem estáveis em 115 a 120 dólares por quilo, na Comunidade de Estados Independentes (Russia, Ucrânia e outros).

Guardei também uma cotação, de 22.02.2011, encontrada no sítio eletrônico "chemicool.com/elements/niobium", de nióbio puro (óxido de nióbio), a US\$ 18,00 por 100g, ou seja, US\$ 180 por quilo. Além disso, outra do mesmo ano, em que a barra de nióbio era cotada a US\$ 315,79/quilo.

Isso é mais de 10 vezes o preço oficial da exportação brasileira, de US\$ 30,00 por quilo. Já o preço oficial da chapa de ferro-nióbio é menor ainda (R\$ 25,00), mesmo porque não se refere propriamente ao nióbio incorporado às chapas de ferro-nióbio, nas quais o conteúdo de nióbio é diminuto, embora suficiente para lhes dar uma qualidade muitíssimo acima das outras ligas metálicas.

Para ter uma ideia, o preço oficial das exportações das chapas de ferro-silício e ferro-manganês, têm estado em US\$ 1,77 e US\$ 2,25, respectivamente. Dez vezes inferiores aos do ferro-nióbio.

Embora o óxido de nióbio tenha muito valor no exterior, mormente transformado, após o processo de redução, ele é de pouca significação nas exportações oficiais brasileiras. O valor oficial de suas vendas ao exterior quase dobrou de 2009 para 2010, mas não é expressivo: foi para

US\$ 44 milhões, com preço médio de US\$ 30,00, para quase 1.500 toneladas.

Esse preço de um produto processado em pouco supera o do minério bruto, que vem associado ao tântalo e ao vanádio. As exportações oficiais desse minério bruto chegaram, em 2012, a quase US\$ 50 milhões, quantia 55 vezes maior que a de 1996. A quantidade cresceu nove vezes. O valor unitário em 2012 alcançou US\$ 24,00.

Note-se que as mineradoras instaladas no Brasil, a CBMM e a Anglo-American, têm, com as chapas de ferro-nióbio, receita 36 vezes maior que a obtida com o minério bruto e 41 vezes maior que a obtida com o óxido de nióbio, mesmo contando-se só suas subfaturadas exportações.

Devem isso à iniciativa do professor Bautista Vidal, titular, nos anos 70, da Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio. Ele impulsionou o processo da redução do óxido para integrá-lo às ligas metálicas, através do Departamento de Engenharia de Materiais - DEMAR da Escola de Engenharia de Lorena- USP.

Assim foram beneficiadas a principal produtora, a CBMM, de Araxá, a que tem sócio brasileiro, o grupo Moreira Salles e produz 90% do total. A outra é a britânica Anglo-American.

Voltemos ao valor total das exportações oficiais das chapas de ferro-nióbio. As exportações com volume digno de nota só começaram nos anos 80. Portanto, dado o total de US\$ 4,8 bilhões, de 1996 a 2013, podemos, com segurança, calcular **que, até hoje, o valor oficialmente exportado não chega a US\$ 6 bilhões.**

Vejamos agora uma notícia proveniente da Agência Bloomberg, dos EUA, publicada em 03/03/2013 no jornal Valor Econômico: "*Família mais rica do Brasil fez US\$ 13 bilhões com o sonho do nióbio*".

A alusão a US\$ 13 bilhões é assim explicada na reportagem: "Ela [a CBMM, Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração] vale pelo menos US\$ 13 bilhões, baseado na venda da família de uma parte de 30% para um grupo de produtores de aço asiático por US\$ 3,9 bilhões em 2011".

Essa informação é incorreta, porque o grupo Moreira Salles, porque o CBMM nunca teve 100% da CBMM: eram, desde a fundação, 50% dele, e outro tanto da Molybdenum Corp. dos EUA, do grupo Rockefeller, mentor dos capitais estrangeiros do UNIBANCO.

O dado mais notável da notícia da Bloomberg/Valor Econômico é este: "**... os herdeiros de Moreira Salles, a família mais rica do Brasil, seus quatro filhos, Fernando, Pedro, João e Walter, controlam uma fortuna combinada de US\$ 27 bilhões, segundo o "Bloomberg Billionaires Index"**". 27 bilhões de dólares com um grupo que ganhou, em toda a vida, US\$ bilhão ou menos?

Ora, o Unibanco não acrescentaria muito, pois, quase falido, foi absorvido pelo Itaú. Portanto, fica difícil explicar os US\$ 27 bilhões.

Isso nos leva a confirmar que as exportações oficiais de nióbio estão enormemente abaixo do que valem no exterior. Do contrário, como explicar estas cifras: 1) as exportações oficiais, desde que o mundo é mundo, não somam mais que US\$ 6 bilhões; 2) mesmo que os lucros tivessem sido sempre de 50% do faturamento, não poderiam ter passado de US\$ 3 bilhões; 3) o grupo Moreira Salles só tinha 50% das ações, além de que a tecnologia e o provável controle eram da Molybdenum Corp.: não caberia, pois, sequer, a metade dos lucros a Moreira Salles; 4) consta ainda que a CODEMIG teria 25% de participação nos "lucros operacionais" da CBMM; 5) nem precisamos considerar a parte que, a partir de 2011, cabe os grupos asiáticos detentores de 30% da empresa; 6) 10% das exportações brasileiras provêm da Anglo-American.

Esses números mostram que, a depender dos preços que constam das exportações oficiais brasileiras de produtos do nióbio, elas **poderiam, quando muito, ter gerado lucros, até hoje, de US\$ 1 bilhão**. Ora, como teria sido possível para o grupo Moreira Salles acumular US\$ 27 bilhões, sem o subfaturamento das exportações?

Fica, pois, demonstrado que o subfaturamento do nióbio atinge dimensões fabulosas, e que, como as coisas estão ocorrendo, este metal estratégico, verdadeiramente precioso, não está contribuindo em praticamente nada para a economia do País.

Apenas está sendo retirado do subsolo, empregando pouca gente, deixando de gerar os ganhos que deveria proporcionar, além de de degradar o meio ambiente, como relatam observadores locais e especialistas de todo o País.

A Constituição nasceu com deficiências, e até fraudes, como a que privilegia o serviço da dívida, e foi sendo emendada, quase que invariavelmente, para pior. E o que tem de bom, fica, nas atuais condições, sem serventia. Exemplo: a propriedade do subsolo e dos recursos minerais definidos como bens da União (art. 20, VIII, IX e X).

Seria a base para garantir o interesse do País nessa área. Entretanto, o Estado tornou-se demissionário: praticamente tudo é objeto de concessões. No caso da principal reserva de nióbio, a União a cedeu ao Estado de Minas. Este, depois de mais de trinta anos de concessão à CBMM renovou-a, em 2003, por mais 30 anos, sem licitação.

Cabe indagar por que as coisas são assim? Por que se extraem os recursos minerais, e resultam disso mais danos que benefícios?

Creio que isso vem de longe e se foi agravando. Aí pelos anos 50, alguns líderes ainda tentavam consolidar a consciência dos interesses nacionais, e o País fazia progressos para o desenvolvimento. Nisso, o País sofreu intervenções, como a conspiração que derrubou Vargas em 1954. Logo após esse golpe, foram dados privilégios às empresas transnacionais, cujos carteis foram esmagando, em crescente quantidade, promissoras indústrias nacionais.

Isso foi acentuado sob JK, com a mesma política de atração de capitais estrangeiros, a qual fez implantar o cartel da indústria automobilística. Esse, até hoje, produz déficits externos e ainda se ceva de isenções fiscais e subsídios da União, dos Estados e dos Municípios.

Ora, a desnacionalização implica inviabilizar o desenvolvimento tecnológico e faz que o apoio governamental à ciência e a tecnologia seja, na maior parte, desperdiçado, pois as tecnologias só se desenvolvem em empresas atuantes no mercado. E dele as nacionais têm hoje poucos nichos. A consequência é a desindustrialização, entendida não só como regressão à produção primária, mas também como confinamento da indústria a produções de baixo valor agregado.

Os capitais estrangeiros tornaram-se dominantes inclusive na informação, nas comunicações e na política. As políticas passaram a ser desenhadas no seu interesse. Entre os inumeráveis exemplos, está a lei Kandir, que isenta a exportação, inclusive de produtos primários, de IPI, ICMS e contribuições sociais.

Então, a sociedade fica sem forças para reagir, já que os empresários industriais nacionais foram dizimados, e os que restam são acuados por políticas adversas. Tampouco os trabalhadores estão bem organizados para defenderem o País, o que seria a própria defesa deles.

Tivesse o País evoluído nos últimos 58 anos, a economia ter-se-ia diversificado para patamares crescentes de intensidade tecnológica, e, então, entre outros produtos, como o quartzo para os chips e a eletrônica avançada, o nióbio estaria sendo usado em grande escala na produção de bens de altíssimo valor agregado, e o grosso de seus rendimentos reinvestido no País.

Nesse caso, não estaríamos falando das perdas atuais com subpreços. Nem precisaríamos lembrar que nosso percentual da oferta do nióbio é muito maior que a de todos os membros da OPEP, juntos, no tocante ao petróleo. Claro, se o Brasil defendesse o preço do nióbio, o próprio preço no exterior, seria muito superior ao das cotações que mostramos, seis vezes acima das da exportação oficial. Criaríamos aqui a Bolsa do Nióbio.

Ainda mais do que com isso, ganharíamos, não só dezenas, mas, sim, centenas de vezes mais, ao fabricarmos bens de elevada tecnologia e competitivos, livres dos carteis e de grupos concentradores.

Ao mesmo tempo, esse padrão de desenvolvimento e de consciência dos interesses nacionais, por parte das lideranças políticas, faria conhecer o real valor do nióbio e de outros recursos naturais, e, assim, eles não seriam alienados por praticamente nada. O Brasil teria também ganhado poder suficiente para defender seu povo e seus bens.